

Sarney aprendeu. E a Constituinte, aprenderá?

Não é com a satisfação natural de quem vence um debate que vemos nossos contestadores de ontem endossarem todos os nossos pontos de vista. Quando o presidente Sarney, pessoalmente ou por meio dos seus assessores econômicos, endossa o nosso pessimismo, batendo contrito no peito para reconhecer que levou três anos errando e sendo enganado e que o resultado disso é a bancarrota interna enquanto a externa fica na dependência da boa vontade dos credores que maltratávamos até ontem, não nos ocorre cantar vitória, nem, muito menos, tripudiar sobre o "vencido".

Não somos os antipatriotas que Sarney dizia que somos, nem nunca nos moveu qualquer prevenção contra a sua pessoa. Prova disso é que, depois de tudo que aconteceu nestes três anos de erros confessos e de enganos reconhecidos, vamos acreditar que existe uma possibilidade palpável de os projetos — mesmo que, por enquanto, sejam só projetos — de contenção dos gastos públicos e de diminuição do monstruoso tamanho do Estado brasileiro trombetados pelo governo Sarney virem a ter resultados razoavelmente concretos no pouco tempo que lhe resta de exercício do poder. O tempo que ele diz que não tem mais a perder deve ser, na sua expectativa, de dois anos. Na nossa é de um. Mas isso não tem importância. Vamos ser, finalmente, otimistas, em relação à eficiência das políticas apregoadas pelo governo Sarney e acreditar que o bem-intencionado ministro Mafson da Nóbrega conseguirá a incrível proeza de nos tirar do fundo do poço em que reconhece que estamos antes que se esgote o prazo fatal de seis meses.

Dentro de seis meses, confirmadas nossas novas expectativas, estaríamos com o déficit público razoavelmente controlado e com nossas relações com a comunidade financeira internacional normalizadas, condição sine qua non, como diz o ministro Mafson da Nóbrega, para recomeçarmos a receber os capitais de investimento lá de fora, sem os quais não poderíamos sequer sonhar com o restabelecimento de um ritmo de desenvolvimento capaz de resgatar da miséria mais da metade da população brasileira, antes que a nossa incipiente democracia sucumba mais uma vez à sua própria incompatibilidade com nossas condições sociais...

O que aconteceria neste país se seis meses de eficiência inesperada e espantosa nos fizessem esquecer três anos de espantosa incapacidade?

Aconteceria que, todo o trabalho milagroso realizado pelo neo-sarneysismo, seria absolutamente inútil, caso a mesma mudança de mentalidade milagrosamente ocorrida nos comandos da política econômica do atual governo não ocorresse entre a maioria dos senhores constituintes que, neste momento, estão plasmando o futuro Estado brasileiro e as estruturas econômicas que irão sustentá-lo.

E, até este momento, nada indica que essa mudança de mentalidade está atingindo a maioria dos constituintes.

Na área social e sindical o que se esboça como texto definitivo da nova Constituição não promete nada que possa dar à economia nacional, hoje já exibindo evidentes sinais de que não tem forças para arcar com o peso do Estado que Sarney promete diminuir, o vigor e a pujança necessárias para sustentar aquele Estado que se vai delineando na Assembléia Constituinte.

É que não é só na área social e das relações de trabalho que se vê a perspectiva de um ulterior enfraquecimento da economia nacional em função da crescente desproporção entre suas potencialida-

des e o que dela exige como contribuição fiscal o Estado plasmado pela mentalidade patrimonialista.

Veja-se, por exemplo, o capítulo da reforma tributária. Se, por um lado, o texto que saiu da Comissão de Sistematização mereceu nossos elogios por propiciar uma descentralização do poder que beneficiará os Estados e municípios, reduzindo o hoje exorbitante poder federal, por outro, se for aprovado na sua atual redação o projeto da Comissão irá aumentar brutalmente as potencialidades arrecadoras dos poderes públicos. O governo federal, por exemplo, terá a faculdade de criar empréstimos compulsórios, simplesmente para atender situações de "relevante interesse nacional", sendo que caberá a ele próprio definir o que é ou não é "relevante".

Além disso os Estados poderão criar um adicional de imposto de renda e terão liberdade para estabelecer a alíquota do ICM. Os municípios também serão contemplados: poderão cobrar um imposto local sobre derivados de petróleo, excetuado o óleo combustível.

Aumentam-se, portanto, as fontes de arrecadação enquanto se vai reduzindo a fonte de contribuições (o número de contribuintes e a saúde financeira das empresas privadas).

Tudo isso para quê? Para atender a liberalidades como a do constituinte Michel Temer que conseguiu enfiar um artigo no projeto em discussão que dá estabilidade no emprego a todos os funcionários públicos — federais, estaduais e municipais — que contarem mais de cinco anos de trabalho no dia em que a nova Constituição for promulgada.

Mas tem mais. Há os novos Estados que estão em gestação, e há as liberalidades que se ruminam no plano do ensino gratuito e há muito mais ainda que não nos ocorre no momento.

O que estamos querendo dizer, afinal, é que mesmo confirmada a expectativa mais otimista de êxito da nova política de "corte drástico de gastos e do tamanho do Estado", mesmo admitindo que nestes um ou dois anos que faltam a Sarney o déficit público despenque, por milagre, dos atuais seis ou sete por cento do PIB para qualquer coisa em torno de dois por cento, no dia seguinte ao da promulgação da nova Constituição, se o projeto em discussão não for seriamente alterado, o Estado brasileiro estaria custando muito mais caro ainda à sociedade civil do que custa hoje.

E com uma agravante. É que ainda que se confirmem também as melhores expectativas quanto ao trabalho do ministro Mafson da Nóbrega para desfazer tudo o que o ex-ministro Funaro conseguiu fazer para afastar do Brasil o investimento estrangeiro, vital para nossa recuperação econômica, se o tom nacionalista e xenóforo do texto em discussão na Assembléia Constituinte não for rigorosamente substituído por outro diametralmente oposto do ponto de vista ideológico, não haverá tempo material, entre a vitória do ministro Mafson e a promulgação da nova Constituição, para que qualquer investidor estrangeiro chegue aqui com seus dólares.

Quer dizer, todo o otimismo que nos causa a aparente metamorfose (ainda que tardia) do governo Sarney, se esvaírá para dar lugar não a um novo pessimismo, mas à desolação da constatação de que o Brasil perdeu definitivamente a chance de entrar para a modernidade que o senador Fernando Henrique descobriu com tanto atraso.

Não é ele que já está chiando porque o ministro Mafson da Nóbrega tomou medidas práticas para fazer o que ele preconizou em seu último discurso que mereceu nosso aplauso?

4 FEV 1988

JORNAL DA TARDE